



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIII/ 3.ª SL

Em 28 de março de 2018, pelas 9 horas e 55 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

09H30

Audição da Ministra da Justiça na sequência da divulgação do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa (requerimento do Grupo Parlamentar do PSD)

11H00

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.ª (PS) - Aprovação regime das matérias classificadas;
Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)**
- 4. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 102/XIII/3.ª (GOV) – Autoriza o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente;**
- 5. Apreciação e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias:**
 - COM (2017) 793 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (fronteiras e vistos) e que altera a Decisão 2004/512/CE do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 767/2008, a Decisão 2008/633/JAI do Conselho, o Regulamento (UE) 2016/399 e o Regulamento (UE) 2017/2226;
Ordinária**
 - COM (2017) 794 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (cooperação policial e judiciária, asilo e migração);
Relator - Deputado Fernando Anastácio (PS)**
- 6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente da Petição n.º 323/XIII/2.ª - "Solicitam a concessão de amnistia";
Relator - Deputado António Gameiro (PS)**
- 7. Apreciação e votação dos três requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição de diversas entidades no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a "Avaliação dos Incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental";**
- 8. Apreciação e votação dos quatro requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição de diversas entidades no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a "Avaliação dos Incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental";**
- 9. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
- 10. Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIII/ 3.ª SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar Vasconcelos, teve início a audição da Senhora Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem), que se fez acompanhar pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (Helena Mesquita Ribeiro).

O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) para a apresentação do requerimento. Após esta intervenção inicial, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Ministra da Justiça para responder.

De seguida formularam questões os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS) e José Manuel Pureza (BE) e a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que foram respondidas em conjunto pela Senhora Ministra da Justiça.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Após uma breve interrupção, reiniciaram-se os trabalhos, com a distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	CONSULTAS A PROMOVER	NOMEAÇÃO RELATOR
PPL 115/XIII/3.ª (GOV)	Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de consumo. 1.ª CACDLG competente Obs: Conexão com a 6.ª CEIOP	CSMP/CSM/O A	Deputada Andreia Neto (PSD)
PPL 116/XIII/3.ª (GOV)	Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública. . 1.ª CACDLG competente Obs: Conexão com 6.ª, 8.ª, 10.ª e 11.ª Comissões	Aprovação Pública nos termos do Artigo 140.º do RAR	Deputada Sandra Pereira (PSD)
PPL 117/XIII/3.ª (GOV)	Altera a lei da paridade nos órgãos do poder político.	ANMP/CNE/AN AFRE DGAESGAI CSM	Deputada Sandra Pereira (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIII/ 3.ª SL

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 1434/XIII/3.ª (PS)	Consagra o dia 21 março como Dia Nacional para a Eliminação da Discriminação Racial	A solicitação do GP do PS: Discussão em Plenário

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foi distribuída a seguinte iniciativa europeia:

COM (2018) 900 - RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO sobre o reforço da natureza europeia das eleições de 2019 para o Parlamento Europeu e da eficácia do processo eleitoral	Deputado António Gameiro (PS)
---	--------------------------------------

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.ª (PS) - [Aprovação regime das matérias classificadas](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). Após as breves intervenções da Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) e do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), que felicitam o Deputado relator pela objetividade e rigor no trabalho apresentado, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

No quarto ponto, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 102/XIII/3.ª (GOV) – [Autoriza o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente](#).

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 29 de novembro de 2017, após aprovação na generalidade.

Em 28 de fevereiro de 2018, não tendo sido possível receber da parte do Governo os contributos mencionados na exposição de motivos, a Comissão solicitou diretamente pronúncias escritas às seguintes entidades: [SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, CRL](#); [Confederação do Turismo Português](#); [GEDIPE - Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores](#); [GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL](#); [AUDIOGEST - Associação para a Gestão e](#)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIII/ 3.ª SL

[Distribuição de Direitos; e VISAPRESS - Entidade de Gestão Coletiva do Direito do Autor.](#)

Os Grupos Parlamentares não apresentaram propostas de alteração.

Na reunião encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PCP e do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, de que resultou a aprovação de todos os seus artigos, com votos a favor do PS e do BE, votos contra do PSD e a abstenção do CDS-PP.

No debate que antecedeu a votação, usaram da palavra o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) e as Senhoras Deputadas Sara Madruga da Costa (PSD) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

- O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) recordou que as soluções propostas e as dificuldades apontadas pelas entidades que se pronunciaram sobre a matéria se colocavam em relação ao decreto-lei autorizado e não à lei de autorização, que era o que competia votar naquele momento.

- A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) insistiu que, tal como fora referido na reunião anterior, o Governo não justificou nem clarificou qual a razão para descriminalizar e passar a prever como ilícito contraordenacional a comunicação não autorizada ao público de fonogramas e videogramas editados comercialmente, pelo que o Grupo Parlamentar do PSD votaria contra a Proposta de Lei.

- A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) acrescentou que o seu Grupo Parlamentar entendia que, com a aprovação da presente iniciativa legislativa, se estava a passar um «cheque em branco» ao Governo, razão pela qual o Grupo Parlamentar do CDS-PP se iria abster na votação.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o relatório conjunto sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (fronteiras e vistos) e que altera a Decisão 2004/512/CE do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 767/2008, a Decisão 2008/633/JAI do Conselho, o Regulamento (UE) 2016/399 e o



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIII/ 3.ª SL

Regulamento (UE) 2017/2226 – [COM \(2017\) 793](#), e a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (cooperação policial e judiciária, asilo e migração) – [COM \(2017\) 794](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS). Após a intervenção do Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), que, sem pôr em causa a objetividade e o rigor do relatório apresentado, informou que dada a discordância de fundo em relação a esta matéria, o Grupo Parlamentar do BE não o votaria favoravelmente, o relatório foi submetido a votação e aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do BE, registando-se as ausências do PCP e do PEV.

Seguidamente, foi apreciado o relatório final da [Petição n.º 323/XIII/2.ª](#) – «Solicitam a concessão de amnistia», que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado António Gameiro (PS), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

No sétimo ponto, que consistia na discussão de três requerimentos, apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição de diversas entidades no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a «Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017, em Portugal Continental», interveio a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) para fazer a respetiva apresentação, especificando que a Comissão deveriam ser ouvidos na Comissão o Ministro da Administração Interna, o anterior Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Coronel Joaquim Leitão, o Comandante Operacional Nacional em funções à data e ainda, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Mar, os membros da Comissão Técnica Independente e os representantes da Associação de Vítimas do Maior Incêndio de Sempre em Portugal.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) recordou que nos últimos dias deram entrada sete requerimentos para a realização de 10 audições sobre o referido Relatório da Comissão Técnica Independente e que, nessa mesma tarde, em Plenário, teria lugar o debate sobre o Relatório da Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS, ao abrigo do artigo 19.º do Regulamento da Comissão, requeria o adiamento da votação não só destes três requerimentos



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIII/ 3.ª SL

apresentados pelo PSD como dos quatro requerimentos apresentados pelo CDS-PP sobre a mesma temática, constantes do ponto seguinte da ordem de trabalhos. A Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) disse não compreender a posição assumida pelo PS, porque não se podia confundir o debate daquele dia em Plenário com as audições requeridas pelo PSD, mas que, em todo o caso, tratava-se do exercício de um direito potestativo. No mesmo sentido, pronunciou-se a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

Em resultado do pedido de adiamento da votação dos requerimentos, formulado pelo Grupo Parlamentar do PS, procedeu-se aos adiamento, para a reunião seguinte, dos sétimo e oitavo pontos da ordem de trabalhos.

Não havendo lugar à apreciação e votação de pareceres da Subcomissão de Ética, entrou-se no ponto reservado a outros assuntos, tendo o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) usado da palavra para informar que o seu Grupo Parlamentar, ao contrário do que inicialmente havia requerido, pretendia ver discutido em Comissão o Projeto de Resolução n.º 1152/XIII/3.ª (BE) - [Recomenda a adoção de medidas no âmbito do plano de ação da década internacional de afrodescendentes](#).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 39/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Vânia Dias da Silva
Catarina Marcelino
Fernando Negrão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
José Luís Ferreira
Sandra Cunha
Sandra Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Morais